



---

**Eixo: Direitos Geracionais (Família, infância, juventude e velhice)**

## **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: a produção acadêmica em periódicos de Serviço Social**

### **Resumo:**

Este artigo apresenta uma análise das produções sobre violência sexual contra crianças e adolescentes em periódicos de Serviço Social. Buscou-se, então, mapear os artigos científicos sobre este tema nos periódicos avaliados em A1, pela Qualis-Capes a fim de refletir sobre o tema considerando a produção selecionada. Os dados foram coletados nos seguintes periódicos: *Argumentum*, *Textos & Contextos*, *Revista de Políticas Públicas*, *O Social em Questão* e *Serviço Social e Sociedade*, usando os descritores: violência sexual; criança e adolescente, totalizando dez artigos. Conclui-se que há maior incidência de produções sobre a temática nas regiões Norte e Sul. A maioria das pesquisas são empíricas e com autoria de assistentes sociais. Quanto ao tipo de violência sexual, há uma predominância da violência sexual intrafamiliar, vitimizando as meninas, na maioria dos casos.

**Palavras-chave:** Violência Sexual; Criança; Adolescente; Serviço Social.

### **Sexual violence against children and adolescents: academic productions in Social Work journals**

#### **Abstract:**

This article analyzes productions on sexual violence against children and adolescents in Social Service journals. We then sought to map the scientific articles on this topic in the journals rated A1 by Qualis-Capes in order to reflect on the topic considering the selected production. Data were collected in the following periodicals: *Argumentum*, *Textos & Contextos*, *Revista de Políticas Públicas*, *O Social em Questão* and *Serviços Social e Sociedade*, using the descriptors: sexual violence; children and adolescents, totaling ten articles. It is concluded that there is a greater incidence of productions on the subject in the North and South regions. The majority of research is empirical and authored by social workers. Regarding the type of sexual violence, there is a predominance of intra-family sexual violence, victimizing girls in most cases.

**Keywords:** Sexual Violence, Children, Adolescents, Social Work.

## **1 INTRODUÇÃO**

Nenhuma criança, adolescente ou qualquer outra pessoa deveria passar por situações de abuso sexual. Todo ser humano tem o direito de viver uma vida digna e livre dessas situações constrangedoras. Os traumas que a vítima carrega, muitas vezes, perduram pelo resto da vida. Sendo assim, a discussão deste tema deve ser amplamente incentivada e promovida nos diferentes espaços como escolas, universidades, hospitais e na comunidade em geral. A disseminação de conhecimentos sobre as características da violência sexual, as mudanças de comportamento da vítima, as formas de denunciar, dentre outros, podem ser grandes aliados ao combate deste crime perverso.

Desta forma, surge o interesse em conhecer mais sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir de produções acadêmicas publicadas em periódicos de Serviço Social pois entendemos que pesquisas científicas são imprescindíveis para a ampliação de conhecimentos e debates sobre o tema, na atualidade. Além de serem ferramentas que contribuem com alternativas e propostas para o enfrentamento deste gravíssimo problema social.

O objetivo da pesquisa foi analisar a produção acadêmica sobre violência sexual contra crianças e adolescentes em periódicos de Serviço Social, considerando o debate sobre o tema, a partir dos artigos selecionados. A pesquisa que originou este artigo foi realizada no período de julho de 2023 a março de 2024. A metodologia contemplou primeiramente a identificação dos periódicos em Serviço Social classificados em A1 pela Qualis- Capes. As revistas selecionadas foram: *Argumentum*, *Textos & Contextos*, *Revista de Políticas Públicas*, *O Social em Questão* e *Serviço Social e Sociedade*. Foi usada também a base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online). Para a busca dos artigos os seguintes descritores foram usados: violência sexual, criança e adolescente. Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram: idioma em língua portuguesa; texto disponível na íntegra e com participantes - crianças e adolescentes.

Esta rota metodológica foi seguida tendo em vista a necessidade de conhecer as tendências das publicações sobre o tema, isto é, os caminhos do debate nas ciências sociais aplicadas, sobretudo, no Serviço Social e também as propostas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Dito isso, vejamos a seguir, a compreensão de alguns estudiosos a respeito do tema.

## **2 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: um debate em construção**

Compreender o fenômeno da violência é algo complexo, pois é uma categoria que muda historicamente, apresentando várias nuances em cada contexto sociocultural. Em sua configuração cruzam-se problemas de diversos campos como o da política, da moral, da economia, das relações humanas, dentre outros, conforme Schmidt (2007).

## Segundo Fernandez (2020)

Nas relações sociais, a violência coisifica o outro, torna-o objeto de desejos e de dominação (entre indivíduos entre si, entre indivíduos e sociedade, entre diferentes sociedades ou entre distintos Estados). Nesse sentido, ela pode estar associada à prisão, à dominação, ao não reconhecimento do outro como sujeito que tem direito à sua dignidade, a ter sua soberania respeitada, seja ele indivíduo, sociedade ou Estado. (p.24)

Portanto, a violência, a partir do pensamento acima, pode ser compreendida como uma relação de forças, uma assimetria entre desiguais. De um lado, há a dominação e do outro, a “coisificação” da pessoa. Há, portanto, uma relação de poder assimétrica que sustenta diversas formas de violência. Rodrigues (2017) observa que a categoria de violência está intimamente ligada à noção de poder. Desta forma, a vítima de violência está geralmente em posição de inferioridade, de opressão. Configura-se como uma violação ao direito do outro de ser protagonista da sua própria história.

Para Rodrigues (2017) a violência pode se manifestar, no mínimo, de quatro formas diferentes: a negligência, a psicológica, a física e a sexual. A negligência é caracterizada por ato ou omissão do responsável por outro indivíduo em propiciar seus cuidados básicos, prejudicando seu desenvolvimento sadio; omissão desde os cuidados mais básicos como alimentação, higiene, entre outros. Já a violência psicológica configura-se como um conjunto de atitudes que envolvem ações ou palavras com o intuito de envergonhar, pressionar ou prejudicar, de alguma forma, a vítima (geralmente essa é a mais difícil de se identificar por não deixar marcas visíveis). Quanto a violência física, esta acontece através do uso da força física de forma intencional do agressor contra a vítima; esse tipo, geralmente, deixa marcas visíveis e podem até levar à morte. Por fim, a violência sexual, que é praticada sem o consentimento da vítima, um ato sexual forçado, podendo ainda ser classificada como intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual.

A violência é um fenômeno que pode atingir a todos, independente da raça, etnia, classe social, gênero ou religião. Todavia, as maiores vítimas são geralmente crianças e adolescentes - sujeitos com direitos gravemente violados. A violência que atinge esse público ainda em processo de desenvolvimento e, portanto, vulneráveis, se concretiza de diferentes modos, a depender do contexto social em que estão inseridas. Mas, se tratando de violência sexual contra crianças e adolescentes que planos existem para enfrentá-la?

Segundo Nogueira Neto (2012) a primeira expressão “violência sexual”, no sentido hoje usado pelas políticas públicas, foi construída no momento da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, em 1999. Nessa oportunidade a expressão foi usada para designar toda e qualquer forma de violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. Desta expressão desmembram-se ainda as mais específicas: exploração sexual e abuso sexual. A primeira seria toda forma de abuso sexual que tenha um caráter comercial, visando lucro, vantagem financeira. A segunda consiste em toda intervenção abusiva na sexualidade da criança e do adolescente com a característica da coerção, do poder familiar ou de autoridade.

O abuso sexual infantil pode ser compreendido como todo e qualquer ato ou jogo sexual, seja ele em uma relação heterossexual ou homossexual, em que o agressor possui um desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. O abuso é evidenciado através de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou adolescente através da violência física, ameaças ou indução de sua vontade. (Hohendorff et al, 2012)

Segundo Cerqueira e Bueno (2023), a grande maioria dos jovens violentados sexualmente são crianças de quatro a catorze anos. Diante de tantos casos que vêm à tona através de denúncias e da publicação nas mídias sociais, fica evidente que o espaço familiar, muitas vezes, é um local de perigo, cheio de conflitos, onde a criança e o adolescente não encontram a proteção e a afetividade que lhes são devidos.

Como consequências, Hatzenberger et al. (2012) afirma que crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual possuem maior risco de desenvolver problemas interpessoais e neuropsicológicos que outros da mesma idade que não tenham sofrido abusos. Essa violência pode afetar vários aspectos da vida da vítima, podendo ter consequências físicas como cicatrizes, doenças sexualmente transmissíveis; consequências psicológicas como ansiedade, depressão, baixa autoestima, distúrbios alimentares, dentre outros. Além disso, o abuso sexual pode afetar o comportamento social da vítima, incluindo dificuldades de relacionamentos com colegas até comportamentos suicidas e criminosos, além de comportamento sexual indiscriminado.

Atualmente, um pesquisa do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (2023) apontou um aumento significativo em relação às violações sexuais contra crianças e

adolescentes. Foram 17,5 mil denúncias registradas pelo Disque 100, o que equivale, estatisticamente, a um aumento de 70% a mais de casos se comparado com o ano anterior. No entanto, esse não é o número total de crimes ocorridos porque muitos nunca chegam a ser denunciados, o que torna o conhecimento real limitado, em relação ao verdadeiro número de abusos.

Para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes as normas legais são muito importantes. Fernandez (2020) destaca que embora a lei por si só não mude a realidade, constitui-se um instrumento para ser acessado quando as garantias legais forem ameaçadas. Segundo Faleiros (2018), após a promulgação do ECA, a violência sexual contra crianças e adolescentes passou a ser incluída, de forma mais notória, na agenda da sociedade, da família e do Estado. Além disso, tornou-se uma questão política para os movimentos sociais de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

### **3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SERVIÇO SOCIAL**

Neste tópico apresentamos o mapeamento dos artigos científicos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nos periódicos de Serviço Social, classificados em A1 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Para tanto, foi elaborado uma quadro síntese com informações sobre os artigos selecionados.

**Quadro 1 – Síntese de informações gerais sobre os artigos**

	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico</b>	<b>Delineamento da pesquisa</b>	<b>Lócus</b>
1	Gláucia H. A. <b>Russo</b> ; Hiago T, de L. <b>Silva</b> ; Jéssica L. R. <b>Nogueira</b> ; Juliana G. da <b>S. Dantas</b> .	Ecos do silêncio: Violência sexual denunciada no CREAS Mossoró-RN	2014	Argumentum	Revisão de literatura e pesquisa documental	Mossoró – RN
2	Cristiane B. <b>Fernandez</b> ; Luana F. <b>Tavares</b> ; Maria J.da <b>S. Pinheiro</b> .	Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes pelo legislativo no Amazonas	2016	Argumentum	Empírica	Manaus – AM
3	Sabrina P. <b>Paiva</b> ; Elaine R, Brandão	Abusos sexuais de crianças e adolescentes: não	2023	Argumentum	Documental e bibliográfica	Juiz de Fora – MG; Rio

		podemos ‘aguentar mais um pouquinho!’				de Janeiro – RJ
4	Maria R.. de <b>Azambuja</b>	Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?	2006	Textos e Contextos	Bibliográfica	Porto Alegre – RS
5	Cristiane B. <b>Fernandez</b> ; Susy E. P. da <b>Silva</b> .	Acompanhamento especializado de adolescentes em situação de violência sexual na cidade de Manaus	2020	Revista de Políticas Públicas	Empírica	Manaus –AM
6	Vicente de P. <b>Faleiros</b>	A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na produção acadêmica	2008	O Social em Questão	Bibliográfica	Brasília – DF
7	Monique S. <b>Vieira</b>	As representações da violência sexual infantojuvenil em profissionais da Política de Assistência Social	2018	O Social em Questão	Empírica	Municípios não citados - TO
8	Vicente de P. <b>Faleiros</b> ; Patrícia J, F. S <b>Moraes</b>	Paradoxos da resolubilidade das denúncias de violência sexual na perspectiva dos conselheiros tutelares	2016	O Social em Questão	Empírica	Brasília – DF
9	Ana L. <b>Dourado</b> ; Zelimar S. <b>Bidarra</b> .	Estratégias para a escuta especializada de vítimas de violência sexual em redes intersetoriais	2022	Serviço Social e Sociedade	Documental e de campo	Cascavel e Toledo – PR
10	Maria R.F, de <b>Azambuja</b>	A interdisciplinaridade na violência sexual	2013	Serviço Social e Sociedade	Bibliográfica	Porto Alegre – RS

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

A partir do quadro 1, observa-se um total de dez artigos. Na coluna “Periódico”, nota-se que os que mais publicaram sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes foram a revista *Argumentum e O Social em Questão*, com três publicações em cada. A revista Serviço Social e Sociedade publicou dois e as demais, Textos e Contextos, Revista de Políticas Públicas publicaram um artigo, cada.

Na coluna “Delineamento da pesquisa”, é notável a predominância de publicações empíricas, com o total de 4, seguidas das pesquisas bibliográficas, com três. As demais, pesquisa documental, documental/campo, documental/bibliográfica, apenas uma em cada. Nestas publicações, os estudos sobre a temática foram realizados sobretudo em instituições públicas como o CREAS, em três artigos; a Assembleia

Legislativa do Amazonas -ALE-AM, em um artigo; os Conselhos Tutelares, em um; e a Rede Cascavel e RIPS – Toledo, em um também. Os sujeitos das pesquisas são crianças, adolescentes, familiares das vítimas, parlamentares, assistentes sociais e demais profissionais que expressam suas interpretações e práticas interventivas sobre o tema.

Na coluna “Ano”, pode-se observar o ano em que cada publicação foi feita no respectivo periódico. Temos um período que compreende o ano de 2006 a 2023 e com isso, nota-se que em vários anos não houve publicações sobre o tema nestas revistas. Em relação aos autores das publicações, detalharemos mais no seguinte quadro.

**Quadro 2 – Caracterização dos autores**

	<b>Autores</b>	<b>Sexo</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Escolaridade</b>
1	Gláucia Helena A. Russo	Feminino	Assistente social	Doutorado
2	Hiago T. de Lira Silva	Masculino	Assistente social	Mestrando
3	Jéssica Lima R. Nogueira	Feminino	Assistente social	Mestranda
4	Juliana Grasiela S. Dantas	Feminino	Assistente social	Graduada
5	Cristiane Bonfim Fernandez	Feminino	Assistente social	Doutorado
6	Luana Ferreira Tavares	Feminino	Assistente social	Graduada
7	Maria Joseilda S. Pinheiro	Feminino	Assistente social	Mestrado
8	Sabrina Pereira Paiva	Feminino	Assistente social	Doutorado
9	Elaine Reis Brandão	Feminino	Assistente social	Doutorado
10	Maria Regina Fay de Azambuja	Feminino	Procuradora de Justiça	Doutorado
11	Susy Ellen P. da Silva.	Feminino	Assistente social	Mestrado
12	Vicente de Paula Faleiros	Masculino	Assistente social	Doutorado
13	Monique Soares Vieira	Feminino	Assistente social	Doutorado
14	Patrícia Jakeliny F. S Moraes	Feminino	Assistente social	Doutoranda
15	Ana Lucia Dourado	Feminino	Assistente social	Mestrado
16	Zelimar Soares Bidarra	Feminino	Professora	Doutorado

Conforme o quadro 2, observa-se um total de dezesseis autores. Predomina o público feminino, com o total de catorze autoras, e apenas dois autores do sexo masculino. Do total, catorze são assistentes sociais, sendo apenas dois de outra área. Três autores possuem mais de uma publicação nestes periódicos sobre o tema, a saber: Cristiane Bonfim Fernandez, Vicente de Paula Faleiros e Maria Regina Fay de Azambuja.

Em relação ao nível de escolaridade, contabilizamos de acordo com a época em que cada autor publicou sua pesquisa. Desta forma, verificamos que há oito autores com doutorado e um cursando; três autores com mestrado e dois cursando; e dois autores somente com graduação.

**Quadro 3 – Publicações por região**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Norte	3	30%
Nordeste	1	10%
Centro-Oeste	2	20%
Sudeste	1	10%
Sul	3	30%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Segundo o quadro 3, identificamos maior incidência de produção nas regiões Norte e Sul, totalizando 60%. Seguidos da região Centro-Oeste (20%), e Nordeste e Sudeste, representando 10%, cada. Quanto aos estados brasileiros, temos um total de oito representações: Rio Grande do Norte, Amazonas, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Paraná, Tocantins, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

#### **4 Reflexões sobre o debate da violência sexual contra crianças e adolescentes nos artigos dos periódicos de Serviço Social**

Diante do exposto, faremos a abordagem, neste primeiro momento, dos artigos que focalizam suas pesquisas na violência sexual intrafamiliar, pois foi um tipo bastante citado pelos autores. Do total de dez produções, seis mencionaram este tipo de violência, ainda que alguns de forma breve. Foram os artigos “Ecos do silêncio: Violência sexual denunciada no CREAS Mossoró-RN”; “Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes pelo legislativo no Amazonas”; “Abusos sexuais de crianças e adolescentes: não podemos ‘aguentar mais um pouquinho!’”; “Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?”; “Acompanhamento especializado de adolescentes em situação de violência sexual na cidade de Manaus e “As representações da violência sexual infantojuvenil em profissionais da Política de Assistência Social”.

Os autores destas produções enfatizam o quanto a violência sexual intrafamiliar está presente na sociedade. Isso é um ponto em comum entre eles. Através de estudos e pesquisas, as estatísticas apontam que muitos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes acontecem dentro de seus próprios lares, por pessoas conhecidas que deveriam protegê-las. Segundo dados do “Disque 100” (2023), a casa da vítima, dos

familiares ou do suspeito está entre os piores cenários, com quase 14 mil violações. Isso reafirma o quanto as crianças e os adolescentes são pessoas vulneráveis.

A maioria dos artigos aponta pessoas do sexo feminino como as principais vítimas da violência sexual. Isso mostra o grave problema de gênero, uma assimetria. Infelizmente a sociedade ainda possui fortes traços machistas. Portanto, a violência sexual acontece, principalmente, em espaços de dominação masculina, o que não significa que mulheres não sejam abusadoras.

Contudo, além da questão do gênero, há o preconceito racial e de classe social, conforme defendem as autoras Paiva e Brandão (2023). A violência sexual nas suas mais variadas expressões, nas formas de abuso e de exploração comercial, tem as meninas e mulheres, especialmente as negras e as de classe social baixa, como principais alvos deste crime. Porém, isso não quer dizer que pessoas do sexo masculino e de outras classes sociais e raças não sofram com este crime.

No que se refere aos conceitos sobre violência, quase todos os artigos trouxeram seus entendimentos/interpretações. Destaca-se termos comuns nas definições de violência como autoritarismo, coerção, arbitrariedade, uso do poder, coisificação ou objetificação da vítima. Como formas da violência, alguns autores mencionam a negligência, a violência física, a psicológica e a sexual. Mas também se observa a menção da violência estrutural diretamente ligada ao aspecto econômico. Segundo Russo et. al (2014),

a violência estrutural está relacionada ao não acesso a direitos fundamentais, ou seja, diz respeito à forma como nossa sociedade está organizada, na qual há uma separação entre ricos e pobres e as diferenças se transformam em desigualdades. (p.227)

A violência sexual é apenas uma das faces da violência contra crianças e adolescentes quase sempre associada a outras formas de violência, como a estrutural, física, psicológica. A violência sexual também é usada como sinônimo de abuso sexual ou exploração sexual, segundo Fernandez et.al (2016).

Outro aspecto bastante comum, observado na maioria dos artigos, foi a menção do silêncio. O silêncio das vítimas, infelizmente, é algo bastante comum, pode estar associado ao medo, ao sentimento de culpa, a chantagens, ameaças, entre outros fatores. A criança e o adolescente ou outra pessoa conhecedora do abuso pode se sentir impotente para denunciar a violência. Porém, o quantitativo de casos ocorridos no dia

a dia, sobretudo, em espaço familiar não chega aos registros oficiais, a subnotificação é grande.

Segundo Faleiros (2016) romper o segredo dentro da família e tomar a atitude de denunciar às autoridades, acarreta consequências para os envolvidos no caso. Os motivos que levam as vítimas a se calarem podem ser os mais diversos, a depender da realidade de cada um. A escolha em não denunciar faz com que os agressores nunca sejam descobertos e punidos. Contudo, Russo et. al (2014) destaca que até mesmo quando há denúncia, muitas informações não são ditas e o silêncio continua sendo elemento central.

Nas produções alguns artigos ressaltaram bastante a invisibilização das violações dos direitos das crianças e dos adolescentes. Muitas pessoas já enxergam as expressões da violência sexual como algo comum e natural. Segundo Vieira (2018)

ao se naturalizar qualquer que seja a expressão da violência, à sua produção e reprodução no cotidiano incidirá para a desumanização das relações interpessoais uma vez que os indivíduos passam a serem concebidos como coisas, em especial, as crianças e adolescentes, pelo estereótipo e estigma histórico de inferioridade. (p.8)

Desta forma, é importante não nos acostumarmos com as diferentes formas de expressão da violência, principalmente em relação às crianças e adolescentes, considerados pessoas ainda em processo de formação. Como sugestões de melhorias nos atendimentos às vítimas e no enfrentamento desta violência, muitas produções defendem a ação interdisciplinar e a intersetorialidade. O conjunto da atuação de profissionais especializados como assistentes sociais, psicólogos, advogados, médicos, entre outros, pode contribuir consideravelmente nas questões da violência sexual.

Azambuja (2013) assinala que um único profissional não dá conta da demanda, por isso se faz importante a colaboração interdisciplinar à proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente.

Especificamente nas publicações “Abusos sexuais de crianças e adolescentes: não podemos ‘aguentar mais um pouquinho!’” e “As representações da violência sexual infantojuvenil em profissionais da Política de Assistência Social”, as autoras tecem críticas ao conservadorismo. Vieira (2018) destaca que a presença de uma cultura conservadora esconde, muitas vezes, a violência sexual dentro da família, onde os valores, sob esta ótica, estimulam a banalização da violência, a moralização da questão

social, entre outros.

Ainda em relação às publicações analisadas, apenas Azambuja (2006) menciona o abusador como sujeito que necessita de programas e alternativas, principalmente quando já estiver cumprindo sua pena. Este é um aspecto que quase não é mencionado, mas que deve ser levado em conta, uma vez que o agressor também possui direitos, e pode ser inserido em algum projeto que o ajude a não cometer mais este crime.

Por fim, sobre a violência sexual, Vieira (2018) ressalta que

é perpassada por uma multiplicidade de determinações que são de dimensão social (desigualdades, discriminação, preconceito), cultural (machismo, patriarcado e sexismo), econômica (violência estrutural, condições precárias de vida, desemprego, subemprego), ética (internalização de valores de consumo e de coisificação do corpo da criança que se transforma em mercadoria) e política (ausência ou ineficácia dos mecanismos de proteção, atendimento integralizado, responsabilização do Estado, etc.). (p.18)

Portanto, a violência sexual é um problema social bastante complexo, que se desdobra em vários aspectos. É um constante desafio para os profissionais envolvidos atender as vítimas, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes. A sociedade precisa conhecer sobre o tema para coletivamente intervir a fim de reduzir os números da violência sexual, pois somente um trabalho articulado em rede será capaz de enfrentar esse crime.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, a violência sexual é um tema bastante complexo. Há muitas concepções e tipos que se complementam entre si e contribuem para a construção do conhecimento mais aprofundado nesta área. Não há uma única definição capaz de contemplar todas as dimensões da violência sexual, mas, as disciplinas científicas têm facilitado uma melhor compreensão deste fenômeno tão presente na sociedade.

Predomina nas produções dos artigos a autoria de assistentes sociais, e isso é importante para a construção de conhecimento nas ciências sociais aplicadas, pois a violência sexual é um problema, sobretudo, social. Além disso, é importante destacar que a maioria dos autores possuem mestrado ou doutorado, o que os qualifica para o debate. Nos chamou atenção que ao longo de 17 anos - no período de 2006 a 2023 - identificamos apenas dez artigos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, em periódicos de Serviço Social avaliados em A1. É um quantitativo baixo, visto que,

não chega a ser uma publicação por ano.

Segundo Faleiros (2008), a questão da violência sexual foi assumida como uma problemática acadêmica e quando se discute este tema, retoma-se uma reflexão e uma preocupação social sobre o modo de vida em sociedade. As produções acadêmicas em muito contribuem para o debate sobre o tema, mas ainda há um longo percurso para o enfrentamento e erradicação da violência sexual.

Além disso, pontuam-se outras características importantes nas produções como as regiões brasileiras com o maior número, ficando Norte e Sul com os mesmos quantitativos de publicações. Em relação ao caráter das pesquisas, temos a predominância das empíricas ou de campo. Quanto aos sujeitos das pesquisas, identificamos uma boa variedade envolvendo crianças e adolescentes vítimas, seus familiares, profissionais de Conselhos Tutelares, dos CREAS, parlamentares. A ótica de cada um traz ricas contribuições para a construção de conhecimentos a partir de suas realidades.

Quase todos os artigos mencionaram em seus achados a questão de gênero e a condição social da vítima. Logo, confirmaram a maior vulnerabilidade da menina e da adolescente. O maior número de vítimas é de meninas, independentemente da região. Além disso, a violência sexual intrafamiliar foi a mais discutida, de forma direta ou indireta, por ser a mais frequente.

A questão do silêncio das vítimas foi bastante destacado nas produções. As mídias sociais divulgam números altíssimos de denúncias, mas o número de casos que nunca descobertos é enorme. É preciso desenvolver estratégias que contribuam para o rompimento do segredo da vítima. Paiva e Brandão (2023) mencionam a educação sexual como uma importante forma de encorajar a criança e o adolescente a revelarem o abuso. Após palestras sobre o tema nas escolas, quando alunos entendem o que estão sofrendo podem fazer denúncias. Há um empoderamento que facilita a denúncia.

Fernandez e Silva (2020) sinalizaram os novos termos relacionados ao abuso sexual que não existiam anos atrás, como *grooming* e *sexting*. Com os avanços na tecnologia, a internet também se tornou um campo para os abusadores fisgarem suas vítimas, ampliando os meios de se cometer este crime. Assim, há produções que destacam questões pertinentes e atuais sobre a violência sexual, reafirmando sua complexidade, pois envolve, além da esfera social, a política, econômica, ideológica,

étnico-racial.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, como grave expressão da questão social, merece maior atenção dos profissionais assistentes sociais, das demais categorias profissionais, mas, sobretudo, do meio acadêmico. Houve grandes avanços nas legislações atuais, sobretudo, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, porém há muito o que ser feito para o enfrentamento deste fenômeno, além dos avanços jurídicos. Por fim, a diversidade de conhecimentos é necessária para a construção de novas estratégias e olhares sobre esse complexo fenômeno. Neste sentido, a atuação dos profissionais de Serviço Social, de pesquisadores e da sociedade se torna imprescindível na formulação e implementação de políticas públicas nesta área.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?. **Textos e Contextos**, n.5, nov. 2006.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay. A interdisciplinaridade na violência sexual. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.115, p.487- 507, jul./set, 2013.

BRASIL. Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/mdhc-anuncia-campanha-pelo-dia-nacional-de-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea, FBSP, 2023.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na produção acadêmica. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n.19, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula; MORAES, Patrícia Jakeliny F.S. Paradoxos da resolubilidade das denúncias de violência sexual na perspectiva dos conselheiros tutelares. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n.35, 2016.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Infância e violência sexual: a Mesa Local da Tríplice Fronteira Amazônica. Cristiane Bonfim Fernandez. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; SILVA, Susy Ellen P. Acompanhamento especializado de adolescentes em situação de violência sexual na cidade de Manaus. **Revista de Políticas Públicas**, v.24, n.2, p.511-531, 2020.

FERNANDEZ, C. B.; TAVARES, L. F.; PINHEIRO, M.J.S. Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes pelo legislativo no Amazonas. **Argumentum**, Vitória, v.8, n.2, p.84- 103, mai./ago., 2016.

HATZENBERGER, R; HABIGZANG , L. F.; KOLLER, S. H. Análise das percepções que meninas vítimas de violência sexual têm sobre si, os outros e o futuro: tríade cognitiva. *In*: HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Silvia H. (org) Violência contra crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, p.69-79, 2012.

HOHENDORFF, Jean Von. et.al. Abuso sexual contra meninos: uma revisão. *In*: HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Silvia H. (org) Violência contra crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, p.107- 122, 2012.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. **Sexualidade infanto-adolescente e seu reconhecimento como direitos humanos: a necessidade de mais reflexão e teorizações.** *Psicol. clin.* [online]., vol.24, n.1, pp. 15-32, 2012.

PAIVA, Sabrina Pereira; BRANDÃO, Elaine Reis. Abusos sexuais de crianças e adolescentes: não podemos ‘aguentar mais um pouquinho!’. **Argumentum**, Vitória, v.15, n.1, p. 188-201, jan./abr. 2023.

RODRIGUES, Maria Natividade Silva. **Violência intrafamiliar: o abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Jundiaí, Paco Editorial, 2017.

RUSSO, Gláucia Helena Araújo. et al. Ecos do silêncio: Violência sexual denunciada no CREAS Mossoró-RN. **Argumentum**, Vitória (ES), v.6, n.1, p. 223-239, 2014.

SCHMIDT, Denise Pasqual. **Violência como uma expressão da questão social: suas manifestações e seu enfrentamento no espaço escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, p.85.2007.

VIEIRA, Monique Soares. As representações da violência sexual infantojuvenil em profissionais da Política de Assistência Social. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n.42, p.357- 380, set./dez, 2018.